DOI: 10.53660/CONJ-1621-2M23

Alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual: o estado do conhecimento (2010 e 2020)

Literacy and literacy of students with intellectual disabilities: the state of knowledge (2010 and 2020)

Raissa Carvalho Diniz[1], Amélia Maria Araújo Mesquita[2]

RESUMO

Esta investigação parte de um recorte de uma pesquisa de mestrado que possui o tema: O estado do conhecimento sobre alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual: uma análise de teses e dissertações na plataforma da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) produzidas no período de 2010 a 2020. E o presente texto objetiva realizar um mapeamento das produções que discutem alfabetização e letramento para alunos público-alvo da educação especial. Para este intento, apoiados a partir de uma abordagem qualitativa, valemo-nos de uma revisão bibliográfica do tipo estado do conhecimento. Os resultados deste estudo revelaram o baixo quantitativo de obras que se ocuparam desta temática; que o maior número de produções são resultado de pesquisas de mestrado; o gênero dos pesquisadores é exclusivamente feminino, além disso, localizamos dissertações em diversas regiões brasileiras enquanto teses localizamos apenas no nordeste e sudeste, ademais, identificamos que grande parte realizou um estudo de caso, outras realizaram pesquisas do tipo bibliográfica, ou documental, ou colaborativa se apropriando de diferentes abordagens e procedimentos.
Palavras-chave: Alfabetização e Letramento; Inclusão Escolar; Deficiência Intelectual;

ABSTRACT

This investigation is part of an analysis of a master's research that has the theme: The state of knowledge about literacy and literacy of students with intellectual disabilities: an analysis of theses and dissertations on the platform of coordination of improvement of higher education personnel (CAPES) produced in the period 2010 to 2020. And this text aims to perform a mapping of productions that discuss literacy and literacy for students targeted by special education. For this intention, supported from a qualitative approach, we use a bibliographic review of the state of knowledge type. The results of this study revealed the low number of works that addressed this theme; whereas the largest number of productions are the result of master's research; the gender of the researchers is exclusively female, in addition, we locate dissertations in several brazilian regions while theses are located only in the northeast and southeast, in addition, we identified that most conducted a case study, others conducted bibliographic or documentary research, or collaborative appropriation of different approaches and procedures.
Keywords: Literacy and Literacy; School Inclusion; Intellectual Disability;

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA) – raissa.ufpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento na questão sobre a universalização da educação básica juntamente com a difusão das políticas que tratam sobre inclusão escolar destinada para os alunos público-alvo da educação especial gerou nas redes de ensino regular uma ampliação no quantitativo de matrículas dos alunos com deficiência, conforme os dados disponibilizados pelo NUSP/SEMEC/Belém (2020), em 2014 houve um registro de 289 matrículas e ampliou-se para 724 até o ano de 2019 o total de alunos com deficiência intelectual matriculados na rede municipal de Belém, consequentemente requisitando de subsídios para garantia e promoção da igualdade para todos os alunos.

A partir desta demanda, é relevante destacar e fomentar discussões sobre a inclusão de alunos público-alvo da educação especial, em razão de que atualmente se configura como temática que vem ganhando notoriedade na medida em que os alunos estão cada vez mais presentes nas escolas, possuindo os mesmos direitos que os demais alunos de serem incluídos no mundo sociocultural da leitura e da escrita.

Para tanto, a legislação brasileira subsidia a educação enquanto direto através da implementação de um conjunto de dispositivos legais tais como a Constituição Federal (BRASIL, 1998), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Lei 8.069/1990 (ECA); Lei 9.394/1996 (LDBEN); CNE/CEB n° 02/2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência n° 13.146/2015 e etc., preconizam os alunos, sem exceção, sejam matriculados em classes comuns proporcionando também para alunos com deficiência a promoção do atendimento educacional especializado no contraturno como complementação do seu ensino.

Contudo, Mendes (2017, p. 66) sublinha que, por mais que a legislação garanta o acesso nas escolas para os alunos com deficiência, apenas sua inserção por intermédio da matrícula não assegura condições basilares, posto que “o simples fato de “estar na escola” (ingresso e permanência) apareça como garantia da diminuição das desigualdades sociais, serve para abafar o debate sobre a finalidade e a baixa qualidade de aprendizagem oferecida atualmente na Educação Básica” (PLETSCH, 2014, p. 42)

Em outras palavras, apenas inserir os alunos com deficiência na escola sem assegurar condições humanas e materiais e perpetuando formas sólidas e engessadas no modo de ensinar reduz chances de aprendizagem e desenvolvimento além de reforçar

estigmas e posturas discriminatórias, logo, estes meandros vão ao encontro do cumprimento da universalização de um ensino público, democrático e de qualidade.

Torna-se desta maneira potente conceber este espaço enquanto lugar privilegiado para acesso aos conhecimentos e aprendizagem, reconhecendo que promover a mera socialização não garantirá o desenvolvimento cognitivo tampouco avanço na escolarização para os alunos com deficiência (ROCHA; AVILA, 2015), em contrapartida, este espaço demanda "favorecer a emancipação intelectual por meio da incorporação de novos conhecimentos, de acordo com a possibilidade de ampliar o que já se conhece e de favorecer o desenvolvimento geral" (SANTOS, 2012, p. 939), dado que este é um lugar de construção e formação de conhecimentos e saberes.

Neste sentido, este trabalho está apoiado a partir de uma abordagem do tipo qualitativa e para a coleta de dados valemo-nos de uma revisão bibliográfica do tipo estado do conhecimento e para nossas análises utilizamos a técnica de análise de conteúdo a fim de que a partir dos dados coletados pudéssemos realizar inferências dialogando com autores pertencentes a essa área do conhecimento.

APONTAMENTOS TEÓRICOS: DISCUSSÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Inicialmente embasaremos nossa discussão em alguns dispositivos legais, referenciamos primeiramente nossa Carta Magna, uma vez que, determina em seu artigo 205 que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa (...)", além disso, no artigo 214 prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE) estipula metas e objetivos tais como a "erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino (...)", para que durante a vigência de dez anos tenha condições de atingir essas determinações.

O PNE (2014-2024) estabelece em sua meta 5 a incumbência de "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental" (BRASIL, 2014) e a meta 9estabelece o encargo de "elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional", em outras palavras, isso significa a elaboração de mecanismos para verificar os avanços destas metas.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) reúne um conjunto de avaliações externas em larga escala e permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) executar um diagnóstico sobre a educação básica, e este disponibilizou o resultado obtido na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e divulgou o baixo desempenho dos estudantes neste exame, cerca de 54,73% dos estudantes apresentaram nível insuficiente em leitura; 33,95% apresentaram nível insuficiente na escrita e outros 54,46% dos alunos apresentaram nível insuficiente em matemática (BRASIL, 2019, p. 10). Apesar de nossas contestações quanto a seleção de conteúdos, forma e estrutura destas avaliações, são estas que compõem os dados referentes a proficiência na leitura e na escrita:

> Os resultados da ANA revelam que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8 (BRASIL, 2017).

Na tentativa de melhorar este desempenho a atual Política Nacional de Alfabetização (PNA) tem como um de seus objetivos contribuir para a consecução especificamente destas duas metas do PNE, e apresenta um modelo que se traduz em seis componentes destacados como essenciais para aprendizagem, são elas: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita” (BRASIL, 2019, p. 40), Goulart (2019, p.67) adverte que “(...) a retomada do método fônico como esteio do processo de alfabetização de alguma forma corrobora para manter concepções”, assim, a PNA carrega implicações políticas e sociais, uma vez que, discutindo como metodologia a possibilidade do método fônico para alterar este contexto, limita todo o processo de apropriação da escrita a uma mera aquisição mecânica.

Além disso, a PNA adotou o termo literacia como substituição ao letramento, e autores como Albuquerque e Costa (2021) discutem que essa modificação não se configura unicamente como substituição de termos, levando em consideração que letramento é uma prática de alfabetização que tem como foco a prática social da leitura e da escrita, já a literacia está tendente para um contexto mais técnico e restrito.

Ademais, refere-se sobre o conceito de alfabetização sendo o “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18), assim Goulart (2019, p.68) observa que “continuamos, muitas vezes, burocraticamente a

tomar antigas balizas como diretrizes para a prática alfabetizadora", nesta lógica, o ensino e a aprendizagem tendem a se reduzir unicamente a uma técnica de escrita, desconsiderando a dimensão de produção textual, Smolka (2019) nesta direção, destaca o desprezo que o governo vem demonstrando no campo da alfabetização.

Diante deste cenário é fundamental realizarmos um debate acerca dos processos de alfabetização e letramento, visto que essa discussão é atravessada por um conjunto de concepções e métodos, é o que Smolka (2019) destaca quando retrata a complexidade no processo de alfabetizar considerando as diversas facetas relacionadas as concepções e suas nuances metodológicas, dado que dependendo da escolha teórica adotada pelos professores reverbera sentidos e significados distintos.

Sinalizamos que concordamos com Soares (2009, p.19) quando conceitua o termo alfabetização traduzindo naquele que "apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam", isto é, não se trata unicamente de uma mera aquisição da tecnologia de ler e escrever, mas a inserção nas práticas sociais (escrever carta, ler uma embalagem ou um letreiro) de leitura e escrita.

Soares (2009, p. 18) também conceitua o processo de letramento e destaca que este "é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita", ou seja, o aluno se apropriou desta tecnologia alterando suas próprias práticas sociais.

Pesquisas de autores como Braun e Marin (2018) e Dias e Oliveira (2013) abordam discussões mais específicas sobre processos de escolarização para alunos com deficiência intelectual inseridos em escolas regulares e ambos os autores apontam para o pouco conhecimento de professores sobre as singularidades desta deficiência.

Braun e Marin (2018, p. 115) ressaltam que existe um "impasse sobre como ensinar a esse grupo específico, que aprende do seu jeito, porque tem suas especificidades, trazem para o centro das discussões referentes à inclusão escolar, entre outros temas, o desafio de trabalhar com a deficiência intelectual", diante este contexto em nossa pesquisa consideramos pertinente entender como ocorre os processos de aprendizagem e desenvolvimento deste público em particular, na tentativa de culminar no cessar da cultura da incapacidade e oportunizar proposições a partir dos conhecimentos e potencialidades que os alunos possuem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem investigativa que desenvolvemos nesta pesquisa se dá a partir dos métodos qualitativos, uma vez que, segundo Bogdan e Biklen (1994) neste tipo de investigação o pesquisador é o sujeito que conseguirá dar sentido aos dados coletados durante a pesquisa, desta forma, este se configura como instrumento principal para perceber e entender o fenômeno investigado.

A natureza desta investigação é do tipo bibliográfica, selecionamos por permitir acessar outros conhecimentos já produzidos sobre essa mesma temática, pois concordamos com Marconi e Lakatos (2003) quando afirmam que neste tipo de pesquisa conseguimos visualizar um apanhado mais geral sobre os trabalhos já publicados, considerando que estes são uma fonte rica de dados, além de possibilitar verificação sobre quais focos foram abordados, quais bases teórico-metodológicas fundamentaram cada pesquisa, quais metodologias foram utilizadas, quais resultados foram alcançados, possibilitando também identificar novos caminhos de estudos sobre esse tema.

Para tanto, realizaremos uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, considerando que esta visa sistematizar a produção num determinado período e área observando pistas no histórico das produções (SILVA, SOUZA, VASCONCELLOS, 2020), as autoras esclarecem ainda que:

> (...) pesquisadores que decidem fazer um Estado da Arte ou Estado do Conhecimento têm em comum o objetivo de "olhar para trás", rever caminhos percorridos, portanto possíveis de serem mais uma vez visitados por novas pesquisas, de modo a favorecer a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento (...) (SILVA, SOUZA, VASCONCELLOS, 2020, p. 2)

As contribuições de André (2009) neste campo se aproximam, pois para a autora pesquisas bibliográficas do tipo estado do conhecimento são importantes porque revelam elementos que já foram produzidos sobre um determinado campo de investigação, possibilitando um novo olhar e permitindo identificar escolhas teóricas, pressupostos, possibilidades e limites, colaborando desta forma para aperfeiçoar e fomentar discussões nessa área do conhecimento.

Dessa forma é pertinente o estudo e aprofundamento de análises sobre o que já foi produzido, para isto Romanowski e Ens (2006, p. 39) explanam sobre alguns benefícios que esse tipo de metodologia pode contribuir, para os autores utilizar esta técnica agrega significativamente para construção do campo teórico e para prática pedagógica, pois podemos "(...) identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas

de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada", pois, através de um recorte histórico é possível perceber quais perspectivas teórico-metodológicas foram mais recorrentes nesta área do conhecimento e discutir sob novas lentes.

Elegemos como técnica para o tratamento deste material a análise de conteúdo, dado que temos a intenção de dialogar numa perspectiva crítica, codificando e triangulando as informações para organizá-las de forma sistemática, pois conforme orienta Chizzotti (2006, p. 98) o objetivo da análise de conteúdo é "compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas", ou seja, é fundamental a realização de uma leitura críticas sobre conteúdos apresentados nas teses e dissertações.

Esses métodos e técnicas serviram de suporte para interpretar e posteriormente analisar as teses e dissertações obtidas através do levantamento realizado, desta forma é possível realizar reflexões e ponderações acerca das pesquisas encontradas.

DISCUSSÃO SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO

Conforme indicações de Romanowski e Ens (2006), para realizar um estado do conhecimento são necessários os seguintes procedimentos: definir os descritores ou palavras-chave, localizar um acervo ou banco de pesquisas, estabelecer critérios para selecionar o material, mapear o material, fazer a leitura das publicações, organizar e por fim, a análise. Assim, inicialmente definimos a plataforma de suporte, selecionamos o banco de teses e dissertações da CAPES em razão de que este é reconhecido nacionalmente e possui um aglomerado de pesquisas produzidas e defendidas no Brasil.

A seleção do recorte temporal de 2010 a 2020 justifica-se considerando a promulgação em 2008 da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), pois, é considerada um marco na discussão da educação especial e inclusiva e a partir dela houve um crescimento exponencial quanto ao número de matrículas para esse público, emergindo novas orientações e discussões, dessa forma aumentaram também as pesquisas e publicações sobre este tema. Decorridos dois anos da PNEE (2008) é interessante investigar de que forma as pesquisas em educação vem discutindo o processo de alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual.

Nosso próximo passo foi a definição dos descritores para o direcionamento da pesquisa com o intuito de localizar trabalhos que tivessem ligação com nosso objeto de investigação e conforme o quadro abaixo apresentaremos as combinações utilizadas:

Quadro I: Descritores utilizados para o levantamento na plataforma CAPES

Combinações de descritores para pesquisa
Alfabetização e alunos com deficiência
Alfabetização e deficiência intelectual
Alfabetização e deficiência mental
Letramento e inclusão

Fonte: Elaborado pela autoras, 2022.

Posteriormente partimos para a realização da leitura dos trabalhos, neste momento selecionamos aquelas em que aparecia algum dos descritores apresentado pelo quadro acima, neste momento inicial nosso critério para selecionar as pesquisas estava em apreciar o resumo; as palavras-chave e o sumário e identificar a presença destes descritores. Em seguida, organizamos um quadro com informações das obras tais como: título do trabalho, nome do autor, tipo (tese ou dissertação) e o ano de publicação e através desta pesquisa exploratória no site do portal da CAPES encontramos o montante de trinta e quatro (34) produções conforme o quadro a seguir:

Quadro II: Dados do levantamento na plataforma CAPES

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	TIPO	ANO
A inclusão e a diferença - estudo dos processos de exclusão e inclusão de crianças e adolescentes negros através da alfabetização no contexto da Escola Plural*	**Denise Conceição das Graças Ziviani**	**Tese**	**2010**
Crianças com deficiência mental na escola inclusiva: estratégias para aprender	Karla Demonti Passos Cathcart	Dissertação	2011
Construção de um programa de ensino de pré-requisitos de leitura e escrita para pessoas com deficiência intelectual*	**Maria Clara de Freitas**	**Tese**	**2012**
Ensino de leitura e escrita para aprendizes com deficiência intelectual	Sonia Cristina Esplendor dos Santos	Dissertação	2012
A escolarização de pessoas com deficiência intelectual na legislação educacional das décadas de 1970 a 1990*	**Roseli Alves dos Santos**	**Dissertação**	**2013**
Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular	Mirian Celia Castellain Guebert	Tese	2013
Estimulando a consciência fonológica em jovens com deficiência intelectual	Danielle Abranches Brito	Dissertação	2014
Leitura compartilhada e promoção do letramento emergente de pré-escolares com deficiência intelectual	Lilian Maria Carminato Conti	Dissertação	2014
O processo de alfabetização de uma criança com deficiência intelectual no 1º ano do ensino fundamental	Guida Mesquita	Dissertação	2015

Alfabetização e deficiência intelectual: estudo sobre o desenvolvimento de habilidades fonológicas em crianças com síndrome de Williams e síndrome de Down	Miriam Segin	Tese	2015
Sentidos e significados da alfabetização e letramento de adultos com deficiência intelectual	Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar	Tese	2015
Apropriação de conceitos científicos e processo de letramento em jovens e adultos com deficiência intelectual	Viviane Gislaine Caetano Auada	Dissertação	2015
O aluno com deficiência intelectual nos anos finais do ensino fundamental: possibilidades de apropriação da língua portuguesa*	**Suzi Rosana Maciel Barreto do Nascimento**	**Dissertação**	**2015**
Alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual: práticas de leitura e escrita.	Hadhianne Peres de Lima	Dissertação	2015
Aprendizagem cooperativa no contexto da sala de aula: a análise da evolução psicogenética da língua escrita de aluno com deficiência intelectual.	Camila Barreto Silva	Tese	2016
Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva	Gessica Fabiely Fonseca	Tese	2016
Alfabetização e letramento em alunos com deficiência intelectual no ensino regular	Fabiana Cristina de Azevedo	Dissertação	2016
Programa ler e escrever e o processo de escolarização o aluno com deficiência intelectual no ensino fundamental	Sonia Maria Rodrigues Simioni	Tese	2016
Letramento e alfabetização do aluno com deficiência intelectual: desafios para a formação de professores	Marlene Maria de Oliveira de Andrade	Dissertação	2016
Processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual	Neiva Terezinha da Rosa	Dissertação	2017
O uso do gênero conto no processo de apropriação da leitura e escrita em alunos com deficiência intelectual	Diana Machado	Dissertação	2017
Ensino de leitura e de escrita a adultos com deficiência intelectual matriculados na educação de jovens e adultos	Erika Rimoli Mota da Silva	Dissertação	2018
Alfabetização e inclusão: o trabalho com a consciência fonológica e o desenvolvimento da escrita em um aluno com deficiência intelectual	Ariana Santana da Silva	Dissertação	2018
Adaptação do currículo nas aulas de língua portuguesa para alunos com deficiência intelectual*	**Larissa Guadagnini**	**Dissertação**	**2018**

Alfabetização de um estudante com deficiência intelectual: estudo de caso a partir do uso de um software educativo*	**Jaquelini Grillo Biral Rocha**	**Dissertação**	**2018**
(In)formando alfabetizadores para a diversidade: desenvolvendo um curso de extensão para alfabetizadores de alunos com deficiência intelectual	Monica Freitas Oliveira	Dissertação	2018
Práticas de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual ou déficit cognitivo utilizando o espaço da sala de recursos multifuncionais	Marcia Cristina Mendes de Freitas	Dissertação	2018
Mediação pedagógica e deficiência intelectual: em cena a linguagem escrita	Katia de Moura Graça Paixão	Tese	2018
Deficiência intelectual e práticas pedagógicas de alfabetização e letramento: um estudo de teses e dissertações*	**Juliessa Ricce**	**Tese**	**2019**
O desenvolvimento da escrita de estudantes com deficiência intelectual: uma análise sobre o uso de recursos de comunicação aumentativa e/ou alternativa no atendimento educacional especializado	Janaina Luiza Moreira de Castro	Dissertação	2019
Catálogo online de jogos pedagógicos para alfabetização de alunos com deficiência intelectual	Nathalia Moreira da Cunha	Dissertação	2019
Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa	Joice Daiane Muniz	Dissertação	2019
A alfabetização de crianças com diagnóstico de deficiência intelectual: um estudo de caso em uma escola pública municipal	Regina Celia Fernandes da Costa Perpetuo	Dissertação	2020
Mediação pedagógica com alfabetização, letramento e subjetivação na educação inclusiva	Cleonice Maria de Lima Oliveira	Dissertação	2020

Fonte: CAPES. Organização: Autoras, 2022

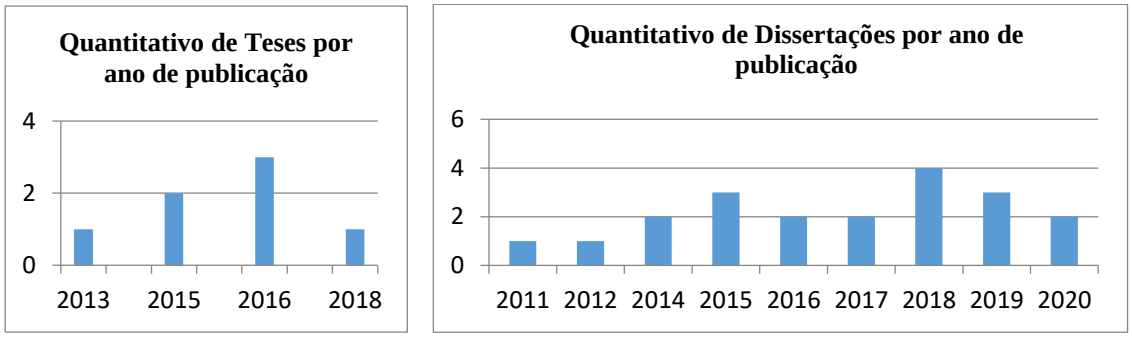
Dentre este quantitativo de obras localizadas, duas teses e quatro dissertações destacadas com negrito do quadro acima foram retiradas de nossas análises, ou seja, estas sete pesquisas não farão parte de nossas futuras análises. Justificamos esta ação porque verificamos conforme leitura tais razões: discussão sobre processos de alfabetização e letramento, no entanto, sem abordagem sobre a participação dos alunos público-alvo da educação especial; a alfabetização e letramento não eram objeto de estudo ou o foco da discussão era na disciplina de língua portuguesa.

Destas obras uma tese intitulada: “Deficiência intelectual e práticas pedagógicas de alfabetização e letramento: um estudo de teses e dissertações”, desenvolvida pela autora Juliessa Ricce desenvolvida em 2019 nos chamou atenção, pois, apresentou em

seu título semelhanças com nossas intenções de investigação. Contudo, conforme a leitura desta tese, conseguimos identificar diferenças entre as propostas de investigação tais como: o objetivo geral; o problema de pesquisa, o quantitativo de obras selecionadas para análise e a execução de uma análise de caráter descritivo.

Assim, foram selecionadas vinte (20) dissertações e sete (7) teses, ou seja, cerca de 74% dos estudos são pesquisas de mestrado, em contrapartida pesquisas oriundas de doutorado foi somente 26%, nos gráficos abaixo apresentamos informações referentes ao quantitativo de teses e dissertações pelo ano de publicação:

Gráfico I: Quantitativo de teses e dissertações por ano de publicação

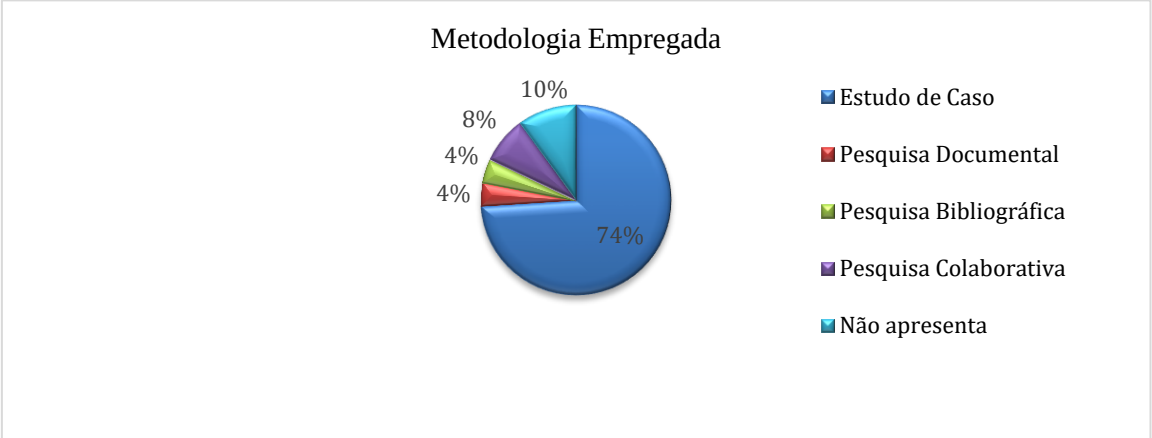


Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Autoras, 2022.

De acordo com os gráficos é possível observar que somente nos anos de 2013, 2015, 2016 e 2018 houve publicações de trabalhos oriundos de doutorado, e de forma mais recorrente localizamos produções de dissertações, unicamente em 2010 e 2013 não encontramos nenhuma pesquisa que discutia a temática alfabetização e letramento.

Dentre as regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) pesquisas de doutorado foram localizadas: duas na região nordeste e cinco na região sudeste, já pesquisas de mestrado: uma na região norte, três no nordeste, nenhuma no centro-oeste, onze no sudeste e cinco investigações no sul do país. E sobre o tratamento metodológico:

Gráfico II: Tipo de metodologia empregada nas pesquisas



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Autoras, 2022.

Por meio deste gráfico é possível identificar que 10% das investigações não deixaram claro informações referentes a metodologia empregada, outras realizaram pesquisa do tipo documental, aproximadamente 4%, as pesquisas do tipo bibliográfica foram realizadas em 4% dos estudos e a pesquisa colaborativa em 8% com diferentes abordagens e procedimentos. Este baixo contingente de investigações que se ocuparam nesta discussão sobre alfabetização e letramento relacionado aos alunos público-alvo da educação especial demonstra fragilidade neste campo temático, neste sentido, é pertinente ampliar essa discussão para as demais regiões do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta pesquisa revelou o baixo quantitativo de obras que se ocuparam na discussão referente a alfabetização e letramento numa perspectiva inclusiva, além disso, identificamos que a maior parte das obras são oriundas de pesquisas de mestrado e que o gênero dos pesquisadores é exclusivamente feminino, as dissertações foram localizadas nas regiões do norte, nordeste, sudeste e sul, enquanto teses foram localizadas unicamente na região nordeste e sudeste e sobre a metodologia aplicada nestas pesquisas identificamos que a maior parte realizou um estudo de caso, as demais realizaram pesquisas do tipo bibliográfica, ou documental, ou colaborativa se apropriando de diferentes abordagens e procedimentos.

Frisamos para a importância deste tipo de pesquisa, uma vez que, amplia a visão para além do repertório local de produções, na medida que reúne um conjunto de dados e informações que propiciam um conhecimento mais alargado sobre este objeto de reflexão, permitindo novas ponderações, análises e aprofundamento neste campo de estudos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Suzana Lopes de.; COSTA, Amanda de Andrade. **Incongruências entre a atual PNA, BNCC e pesquisas na área de alfabetização no Brasil**. Revista Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 490-505, maio. /ago. 2021.

ANDRÉ, Marli. E. D.A. **A produção acadêmica sobre formação docente: um estudo comparativo das dissertações e teses dos anos 1990 e 2000.** Revista Brasileira de pesquisa sobre Formação de Professores. Belo Horizonte, v. 1, p. 41-56, ago.\dez.2009. Disponível em:<Vista do A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000 (revformacaodocente.com.br)>. Acesso em: 13/08/2022.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001**: institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília-DF: 2008.

BRASIL. Secretaria de Alfabetização. PNA: **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. v. 4. n. 1. jan a jun/2008. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRAUN, P.; MARIN, M**. Práticas pedagógicas e a escolarização de estudantes com deficiência intelectual.** In: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. de A.; REIS, M. R. (Org.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas, p. 113-135. Curitiba: Editora CRV, 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto**. Revista Brasileira de Educação Especial. 2013, v. 19, n. 2.

GOULART, C. M. A. **Alfabetização em perspectiva discursiva. A realidade discursiva da sala de aula como eixo do processo de ensino-aprendizagem da escrita**. Revista Brasileira De Alfabetização, 2019, v.1, n.9, p. 60-78.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": reflexões sobre o conceito de inclusão escolar.** In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins (Orgs.). **Educação especial inclusiva:** conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017, pp. 60-83.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque: Assembléia Geral da ONU, 1948.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014. 296 p.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T**. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação.** Revista Diálogo Educacional, Paraná, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual.** Educ. Pesquisa., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez. 2012.

SILVA, Anne P. P. N. da; SOUZA, Roberta T. de; VASCONCELLOS, Vera M. R. de. **O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento**. Dossiê Educação. Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.-dez. 2020.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **Relações de ensino e desenvolvimento humano: reflexões sobre as (trans) formações na atividade de (ensinar a) ler e escrever.** Revista Brasileira De Alfabetização, 2019, v.1, n.9, p. 12-28.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128p.

Recebido em: 12/09/2022

Aprovado em: 15/10/2022

Publicado em: 19/10/2022